

Araçariçuama, 21 de Março de 2019.

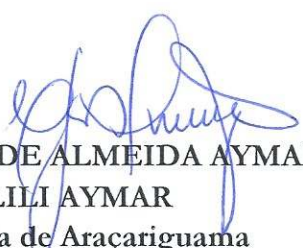
Ofício nº 142/2019 - GP

Senhor Presidente,

Venho por meio deste, solicitar os bons préstimos à Vossa Excelência, apresentar para apreciação e votação do seguinte projeto de Lei Complementar;

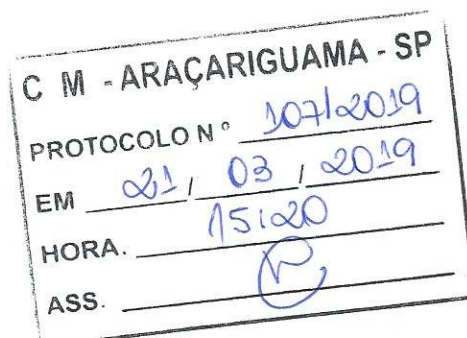
- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 21 DE MARÇO DE 2019. Dispõe sobre: "Institui o valor mínimo para ajuizamento das execuções fiscais decorrentes de dívida ativa."

Sem mais para o momento, aproveito a oportunidade para apresentar meus cordiais cumprimentos.



LILIANA MEDEIROS DE ALMEIDA AYMAR BECHARA  
LILI AYMAR  
Prefeita de Araçariçuama

Excelentíssimo Senhor  
MOACYR DE GODOY NETO  
DD. Presidente da Câmara Municipal de Araçariçuama.





Secretaria de Governo

# ARAÇATIGUAMA

*Aquela que Deus ama*

Governo de Trabalho e Amor

MENSAGEM Nº 149/2019

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de apresentar à Vossa Excelência, para apreciação dessa Egrégia Casa de Leis, o incluso projeto de lei que **“Institui o valor mínimo para ajuizamento das execuções fiscais decorrentes de dívida ativa.”**

Considerando que o Município tem o dever de ajuizar execuções fiscais para cobrança de dívidas ativas;

Considerando que referidas ações geram custos ao Município;

É necessário que se regulem valores mínimos para ajuizamento destas ações, levando-se em consideração a fração crédito a receber/valor despendido com a cobrança, com resultado positivo.

Os custos para ajuizamento de uma ação executiva são constituídos de diversos fatores: materiais utilizados, salário de advogados, combustível, dentre outros, e a movimentação da máquina judiciária incrementa ainda mais essas despesas.

Portanto, a cobrança, para atender ao interesse público, deve ser compensativa, e também, não assoberbar o Poder Judiciário com ações cujos valores sejam pequenos. Este é um modelo adotado em diversos municípios do Estado de São Paulo, sendo referendado pelo Poder Judiciário.

São estas, Senhor Presidente, as razões que me levam a propor o presente projeto de lei, para que seja submetido à apreciação dos Nobres Vereadores dessa Egrégia Câmara



Secretaria de Governo

# ARAÇARIGUAMA

*Aquela que Deus ama*

Governo de Trabalho e Amor

Municipal, em regime de urgência, considerando a necessidade premente de arrecadação municipal, nos termos previstos no inciso II do artigo 189 do Regimento Interno dessa Casa, para aplicação imediata.

Araçariguama, 21 de Março de 2019.

**LILIANA MEDEIROS DE ALMEIDA AYMAR BECHARA**

**LILI AYMAR**

**Prefeita Municipal**

**Excelentíssimo Senhor**

**MOACYR DE GODOY NETO**

**DD. Presidente da Câmara Municipal de Araçariguama**



Secretaria de Governo

# ARAÇARIGUAMA

*Aquela que Deus ama*

Governo de Trabalho e Amor

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 21 DE MARÇO DE 2019.

**“Institui o valor mínimo para ajuizamento das execuções fiscais, decorrentes de dívida ativa.”**

**LILIANA MEDEIROS DE ALMEIDA AYMAR BECHARA**, Prefeita do Município de Araçariguama, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela promulga e sanciona a seguinte lei:

**Art. 1º** - Por razões de economia processual, poderá a Administração dispensar o ajuizamento das ações executivas fiscais para cobrança de créditos, quando o valor do principal, acrescidos de juros e de correção monetária, for igual ou inferior a 30 (trinta) trinta UFESP's.

**Art. 2º** - As despesas necessárias à cobertura desta Lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessárias.

**Art. 3º** - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Araçariguama, 21 de Março de 2019.

**LILIANA MEDEIROS DE ALMEIDA AYMAR BECHARA**

**LILI AYMAR**

**Prefeita de Araçariguama**